

1ª Fase – PROVA OBJETIVA

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 1 - Assinale a alternativa correta:

- A. segundo o novo CPC, o dever de transparência patrimonial só pode ser imposto às partes;
- B. no atual CPC, a colaboração não pode ser imposta a terceiros não interessados;
- C. no novo CPC, o contraditório é visto como direito de influência;
- D. no CPC de 2015, o dever de veracidade atribuído à parte é excluído em relação aos fatos que possam prejudicar a ela;
- E. no CPC atual, o ônus da afirmação sempre equivalerá ao ônus da prova

QUESTÃO 2 - Examine as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta:

I – a tutela provisória pode fundar-se em urgência ou em aparência

II – não pode ser estabilizada a tutela provisória de urgência assecuratória

III – a tutela provisória antecedente antecipatória exige probabilidade do direito para ser outorgada

- A. somente as alternativas I e II são corretas
- B. somente as alternativas I e III são corretas
- C. somente as alternativas II e III são corretas
- D. todas as alternativas são corretas
- E. nenhuma das alternativas está correta

QUESTÃO 3 - Assinale a alternativa correta:

- A. os atos concertados entre juízes cooperantes podem constituir uma técnica de coletivização de interesses
- B. a reunião de processos à luz dos atos concertados entre juízes cooperantes não pode implicar alteração de competência absoluta
- C. a competência fixada no código para ações reais imobiliárias é sempre absoluta
- D. a competência funcional para o cumprimento de sentença é relativa, exceto quando realizada por carta
- E. nenhuma das alternativas está correta

QUESTÃO 4 - Examine as assertivas adiante e assinale a alternativa correta:

I – a tutela de remoção do ilícito prescinde de culpa, mas exige dano para ser outorgada

II – a tutela inibitória pode ser prestada pela técnica declaratória, quando a certificação do direito for suficiente para evitar o ilícito

III – a tutela ressarcitória prestada na forma específica pode assumir a forma de tutela do adimplemento contratual

- A. somente as alternativas I e II são corretas
- B. somente as alternativas I e III são corretas
- C. somente as alternativas II e III são corretas
- D. todas as alternativas são corretas
- E. nenhuma das alternativas está correta

QUESTÃO 5 - Sobre a teoria dos precedentes, pode-se afirmar:

- A. No direito brasileiro, só as decisões arroladas no art. 927, do CPC, constituem precedentes obrigatórios
- B. Os precedentes têm por finalidade, mesmo no direito estrangeiro, evitar a repetição de demandas repetitivas
- C. Embora o código estabeleça regra diferente, dentre as súmulas, só as vinculantes podem ser consideradas como precedentes no direito brasileiro
- D. No direito nacional, o STF pode desconsiderar precedente do STJ, ainda que sobre direito infra-constitucional, na medida em que não cabe reclamação para esta Corte de decisões proferidas por aquela
- E. Nenhuma das alternativas está correta

QUESTÃO 6 - Examine as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta:

I – embora o direito brasileiro adote o princípio da demanda, esse princípio é bastante relativizado, sobretudo no novo CPC;

II – o princípio dispositivo não se confunde com o princípio da demanda, já que aquele se refere aos poderes de condução processual, enquanto este se relaciona ao direito material;

III – os negócios processuais, sem a participação do magistrado, não permitem transigir sobre interesses de terceiros

- A. somente as alternativas I e II são corretas
- B. somente as alternativas I e III são corretas
- C. somente as alternativas II e III são corretas
- D. todas as alternativas são corretas
- E. nenhuma das alternativas está correta

QUESTÃO 7 - Assinale a alternativa correta:

- A. A tutela de direitos individuais homogêneos deve dar-se por processo bifásico, com um momento coletivo, seguido por liquidações e execuções individuais
- B. Os direitos difusos devem ser considerados, antes, como uma nova abordagem a interesses de toda coletividade do que uma categoria nova de direitos
- C. Os processos estruturais só podem dizer respeito a políticas públicas
- D. O incidente de assunção de competência só se destina a direitos sem potencial de repetição, não se prestando à coletivização de demandas
- E. O processo estrutural mantém a estrutura bilateral do processo, embora autorize efetivação progressiva do comando judicial

QUESTÃO 8 - Assinale a alternativa correta:

- A. O código brasileiro não permite que terceiros, que não participaram da relação processual, possam invocar decisão *inter alios* em seu favor e contra uma das partes do processo
- B. O incidente de resolução de demandas repetitivas constitui forma importante de precedente, porque orienta a interpretação de casos semelhantes futuros
- C. A coisa julgada sobre questão prejudicial, no direito brasileiro atual, está condicionada a requerimento da parte interessada
- D. A intenção do código de atribuir coisa julgada *erga omnes* à decisão proferida no incidente de resolução de demandas repetitivas impõe o controle da representatividade adequada do sujeito que representa a coletividade, sob pena de não se poder opor a decisão àqueles que não tiveram seu interesse defendido no processo
- E. Nenhuma das alternativas está correta

QUESTÃO 9 - Examine as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta:

I – o conceito de direitos individuais homogêneos deve considerar, entre outras coisas, a utilidade maior – para as partes e para o Estado – da proteção prestada em via coletiva ou individual

II – só há direitos individuais homogêneos se os direitos individuais forem dotados de relevância social

III – ainda que o CPC se assente nessa distinção, não há diferença substancial entre os direitos individuais homogêneos e os direitos pluri-individuais

- A. somente as alternativas I e II são corretas
- B. somente as alternativas I e III são corretas
- C. somente as alternativas II e III são corretas
- D. todas as alternativas são corretas
- E. nenhuma das alternativas está correta

QUESTÃO 10 - Examine as afirmações abaixo e assinale a alternativa correta:

I – conciliação e mediação são técnicas autocompositivas, mas só na conciliação pode o conciliador sugerir soluções para o litígio

II – na mediação, pretende-se um processo construtivo de solução de controvérsias, em que se busca evitar a destruição de vínculos e se objetiva a pacificação social

III – a arbitragem deve ser considerada como atividade jurisdicional porque possui como característica a atuação da lei e a solução da controvérsia

- A. somente as assertivas I e II estão corretas
- B. somente as assertivas I e III estão corretas
- C. somente as assertivas II e III estão corretas
- D. todas as assertivas estão corretas
- E. nenhuma das assertivas está correta

GABARITO:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	C	A	E	E	D	B	D	C	A